

RADAR

SAÚDE ■ FAVELA

edição 23

Mai | Jun 2023

**Racismo ambiental
e climático e
direito à cidade:
os pontos de vista das
favelas e periferias**

**ELES COMBINARAM EM NOS
MATAR, E NÓS COMBINAMOS
EM NÃO MORRER.**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação de Cooperação Social

Imagem: Ana Carolina Fernandes Santana

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 DEBATES

5 EVENTOS EXTREMOS E DESLOCAMENTO CLIMÁTICO
Naira Santa Rita Wayand de Almeida

12 RACISMO AMBIENTAL: QUAIS POPULAÇÕES TÊM A
GARANTIA DO BEM VIVER?
Maria Clara Salvador Vieira da Silva

18 MEMÓRIA

19 RACISMO AMBIENTAL E DIREITO À CIDADE NA BACIA
DO UNA EM BELÉM (PA), **Frente dos Moradores Prejudicados
da Bacia do Una, José Alexandre de Jesus Costa e
Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares**

26 ENSAIOS

27 RESISTÊNCIA INDÍGENA E RACISMO AMBIENTAL NO CORAÇÃO
DO RIO DE JANEIRO: A EXPERIÊNCIA DA ALDEIA MARAKÁ'NÀ
Ana Carolina Fernandes Santana, José Urutau Guajajara

36 O QUE TÁ PEGANDO

37 COCÔZAP: UMA TECNOLOGIA SOCIAL DE GERAÇÃO CIDADÃ
DE DADOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO COMPLEXO DA MARÉ
Victoria Oliveira

45 RACISMO AMBIENTAL E VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: OS CORPOS
NEGROS FEMININOS DO ANTIGO LIXÃO DE ITAOCA (RJ)
Paola Lima, Laura Torres

52 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

RADAR SAÚDE FAVELA é o novo informativo produzido pela Coordenação de Co-operação Social da Fiocruz. Gestado no primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil, o projeto foi um dos produtos da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório Covid-19 Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo de fontes não oficiais, o antigo Radar Covid-19 Favela trouxe análises populares e científicas sobre a situação de saúde em territórios periféricos, visibilizando iniciativas populares de enfrentamento à pandemia no decorrer de suas 17 edições, publicadas entre agosto de 2020 e junho de 2022.

Em sua nova fase, o Radar Saúde Favela terá foco em produzir e difundir informações sobre a situação de saúde e da sua determinação social em favelas e periferias de centros urbanos, lançando luz sobre as diversas dimensões de precariedade que afetam de forma diferenciada as populações que habitam em territórios socioambientalmente vulnerabilizados. Não mais centrado apenas no Rio de Janeiro, o novo informativo ampliará seu escopo, contemplando relatos, textos, entrevistas e material audiovisual dos quatro cantos do país, a partir da ampliação da rede de ativistas, movimentos e lideranças sociais atuantes nestes territórios. Debates, discussões e reuniões de pauta com tais atores sociais também fazem parte das atividades desenvolvidas. Tudo isso, sem perder de vista as implicações da Covid-19, as quais ainda se fazem presentes, sobretudo nesses territórios.

O material publicado resulta da formação de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais e o direito à comunicação pública. Lançado como uma revista digital, o Radar Saúde Favela está ancorado nos referenciais teórico, conceitual e metodológico de Promoção da Saúde, remete às diretrizes do Programa Institucional de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Fiocruz, bem como aos objetivos e metas do Projeto de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Centros Urbanos da Coordenação de Cooperação Social. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.

Imagem: Fernanda Marinho - Morro da Oficina



DEBATES



Foto: Alex Sandre (Sandrone imagens). Acervo da Visão Coop

A seção Debates tem o objetivo de amplificar as vozes e as demandas de movimentos sociais, organizações e lideranças de favelas e periferias e apoiar seus protagonismos na produção de conhecimento, nas reivindicações por direitos e na formulação de políticas públicas.

EVENTOS EXTREMOS E DESLOCAMENTO CLIMÁTICO

Naira Santa Rita Wayand de Almeida, é gestora ambiental, líder climática e deslocada do evento extremo que atingiu Petrópolis/RJ em fevereiro de 2022.

Como uma pessoa deslocada da crise climática de Petrópolis, em 2022, experimentei os impactos devastadores das mudanças climáticas em minha vida e nas vidas das pessoas ao meu redor. O deslocamento climático, também conhecido como migração climática, é uma crise global crescente que afeta milhões de pessoas a cada ano. Ocorre quando indivíduos ou comunidades são forçados a deixar as suas casas e os seus territórios devido aos impactos das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar, as secas, as inundações, entre outros eventos climáticos extremos.

Trata-se de uma questão complexa, que afeta não apenas o bem-estar físico e material dos deslocados, mas também suas identidades socioculturais. Como resultado, é essencial que abordemos a questão não apenas de uma perspectiva humanitária, mas também de uma perspectiva de direitos humanos. Este artigo tem como objetivo explorar os desafios enfrentados pelos deslocados climáticos, incluindo as barreiras legais, sociais e econômicas, além de propor possíveis soluções. A minha intenção é focar a necessidade urgente de ações para lidar com o deslocamento climático, bem como ampliar as vozes dos grupos que são diretamente afetados por estas crises sem precedentes.

Os deslocados climáticos entram na categoria de migração forçada (refere-se a qualquer situação em que as pessoas são forçadas a deixar suas casas), que inclui os atingidos por catástrofes climáticas, ambientais, naturais ou provocadas, as quais inviabilizam a vida em seus lo-

cais habituais de residência, mas que não chegam a atravessar fronteiras internacionais – ao contrário do termo “refugiados ambientais”, que são protegidos por leis, marcos etc. Como os deslocados climáticos continuam no próprio país, em tese, seguem sob a proteção do Estado e das garantias constitucionais, mas apenas em tese, já que não contam com a proteção dos governos de onde migram e onde buscam acolhimento. São caracterizados como migrantes forçados, por se deslocarem de seu local de origem em busca de sobrevivência, sem escolha entre ir ou permanecer.



Imagem: Fernanda Marinho - Morro da Oficina

A crise do clima é uma crise de direitos humanos sem precedentes. O Brasil tem, hoje, já mapeadas pela Defesa Civil Nacional e pelo Serviço Geológico, 14 mil áreas de perigo de deslizamentos e inundações, pontos de risco de desastre e quatro milhões de pessoas morando nessas áreas. Desses 4 milhões, centenas de milhares serão forçadas a se deslocar, sem recursos para se adaptar a um ambiente cada vez mais hostil. O Estado tem papel crucial no que se refere à mitigação de eventos climáticos extremos e à migração segura de grupos afetados. No entanto, na maioria esmagadora dos casos, a omissão do Estado diante do tema tem contribuído para o agravamento do problema.

O descaso em abordar o deslocamento climático assume várias formas: falha na implementação de políticas e programas destinados a reduzir os danos de eventos climáticos extremos; planejamento inadequado para a redução e preparação de riscos de desastres; negligência em fornecer apoio, auxílio financeiro e proteção adequados às pessoas e comunidades deslocadas; falta de implementação de políticas de deslocamento planejadas e bem geridas. Isso leva a uma situação em que muitas pessoas são forçadas a deixar as suas casas devido aos impactos das mudanças climáticas sem qualquer apoio ou proteção governamental.

Em fevereiro de 2022, Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, minha cidade natal, foi o cenário do pior desastre causado pelas chuvas na cidade. Morreram mais de 230 pessoas, além de quatro mil desabrigados e algumas centenas de deslocados climáticos, incluindo eu, que vos escrevo. Enquanto o local em que eu morava enchia até o segundo andar, o morro da oficina e outras comunidades periféricas vinham abaixo. Carros e ônibus com pessoas dentro foram arrastados pela água, num completo pavor e impotência de vivenciar um evento climático extremo.

Após o 15 de fevereiro, data da tragédia, fui forçada a migrar para outro estado. Não havia mais condições de permanecer no apartamento em que vivia, que foi muito afetado estruturalmente e corria o risco de

novas inundações, o que ocorreu alguns dias depois. Eu e minha família nunca recebemos nenhum apoio do Estado, repito, NENHUM, passando a integrar a categoria de “deslocados climáticos”.

Das 358 mil pessoas desalojadas no Brasil entre 2019 e 2020, segundo dados da Lei.A, que é um observatório de leis, projetos de lei, temas e discussões ambientais, voltado a ampliar o controle social por meio da comunicação, 75% foram vítimas das chuvas de verão. A maioria esmagadora, sem opções, é forçada a se deslocar, conforme cálculos do IDMC (Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno). Com base nos dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, durante o mês de outubro de 2022, 96 pessoas foram deslocadas pela seca no estado do Piauí; 90 pessoas foram deslocadas pelo mesmo motivo em Pernambuco; 1,3 mil pessoas foram deslocadas pelas enchentes e inundações no Rio Grande do Sul, além dos 760 deslocados pelos deslizamentos e enchentes nas cidades do interior do Rio de Janeiro.

Segundo o livro “Deslocados Ambientais”, de Marcos Galli, publicado em 2022, até a data da publicação não existia definição jurídica sobre os deslocados e qual seria o regime de proteção de direitos ao qual estariam sujeitos. Diante da ausência de norma reguladora, observa-se duas vertentes teóricas na busca pela resolução do problema: a categorização dos deslocados como uma nova forma de migração, dotando-os de personalidade jurídica própria; ou a vinculação normativa emergencial com legislação preexistente, enquadrando-os como refugiados, utilizando, para tanto, a definição ampliada de refúgio. Até o momento presente, ainda não há definição jurídica.

A matéria especial da Lei.A Observatório, de 2019, traz dados de que são estimadas 33,4 milhões de novas vítimas de deslocamentos climáticos forçados no mundo. Mas quem são essas pessoas? São os deslocados climáticos internos (que não cruzaram as fronteiras geográficas de um país), os refugiados internacionais (que cruzaram fronteiras) e os des-

locados por alteração no meio ambiente em que viviam, independentemente de a causa ter sido natural (como terremotos e tsunamis) ou antrópica (como nos desastres de Mariana e Brumadinho).

No Brasil, temos o NEPDA (Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais). O conheci logo após a tragédia de Petrópolis. O Núcleo nasceu para categorizá-los, mapear seus locais de origem e de destino, analisar os conflitos surgidos em decorrência do deslocamento e as questões de segurança (humana, estatal e ambiental) envolvidas, além de examinar a proteção concedida aos deslocados e as políticas públicas adotadas, em nível doméstico e internacional, comparando as diversas formas de apoio e os atores envolvidos no processo.

Fica evidente que precisamos de definição jurídica e de legislação para garantir os direitos fundamentais aos deslocados e refugiados climáticos/ambientais. Segundo dados da ACNUR, na última década, eventos climáticos resultaram em uma média de 21,5 milhões de novos deslocamentos a cada ano, mais do que o dobro dos deslocamentos causados por conflito e violência.

As causas e os efeitos do deslocamento climático

O processo de desenvolvimento das cidades carrega em si uma lógica desigual e racista, expulsando as populações historicamente negligenciadas (comunidades negra, indígena, quilombola) das zonas mais seguras, forçando-as a habitar áreas de risco. Eventos climáticos extremos evidenciam a faceta mais grave do racismo ambiental, termo cunhado por Benjamin Chavis Jr. na década de 1980, o qual retrata como as etnias marginalizadas são expostas a eventos ambientais nocivos.

Além dos problemas conhecidos, como pobreza extrema, insegurança alimentar, falta de saneamento básico, saúde, água e acesso a recursos naturais vitais, bem como exposição frequente a inundações

e secas recorrentes, as comunidades negra, indígena e quilombola enfrentam o desafio crítico da falta de moradia. O direito à moradia digna é um direito fundamental que é sistematicamente violado, levando a mais desigualdade e injustiça. Além disso, a falta de demarcação de terras indígenas e quilombolas é um outro exemplo de racismo ambiental, que perpetua a exclusão e a marginalização dessas comunidades.

A região nordeste do Brasil enfrenta o desafio da seca, que tem causado graves danos à agricultura, pecuária e abastecimento de água. Esta questão tem feito com que numerosos indivíduos da região se desloquem para diferentes áreas em busca de melhores condições de vida. Infelizmente, as mudanças climáticas exacerbam esse problema, causando secas mais frequentes e severas.

As comunidades indígenas também se deslocam devido ao impacto das mudanças climáticas. Algumas etnias (Korubo, do Vale do Javari, Uru Eu Wau Wau e outras), geralmente localizadas em áreas remotas, dependem exclusivamente dos recursos naturais de seus arredores para sobreviver. No entanto, as mudanças climáticas, o desmatamento e o garimpo ilegal ameaçam esses recursos (como vimos recentemente o genocídio do povo Yanomami), levando comunidades a se deslocarem em busca de novas fontes de alimentos, água e outros itens essenciais.

Lidar com o deslocamento climático requer uma gama de ações, que atendam às necessidades imediatas das comunidades afetadas e enfrentem as causas profundas das mudanças climáticas. Aqui estão alguns insights que podem ajudar:

- **Política de habitação digna:** é necessário que haja articulação do governo federal, estados e municípios, unindo esforços para implementar uma política de moradia digna; políticas públicas que priorizem a oferta de moradias seguras para os quatro milhões que vivem em condições de vulnerabilidade social nas mais de 14 mil áreas de risco

no Brasil.

- **Mitigar os impactos das mudanças climáticas:** reduzir as emissões de gases de efeito estufa e diminuir o ritmo das mudanças climáticas pode ajudar a prevenir futuros deslocamentos. Isso envolve uma transição para fontes de energia renováveis, mais limpas e maior eficiência energética.
- **Proteções legais:** fornecer proteção legal e apoio àqueles que são deslocados pelas mudanças climáticas, ajudar a garantir que seus direitos sejam respeitados e suas necessidades atendidas. Isso envolve a criação de novos marcos legais que reconheçam o deslocamento climático como uma forma de migração forçada e garantam o acesso a recursos legais e compensações para os afetados.
- **Dados e monitoramento aprimorados:** Melhorar a coleta e o monitoramento de dados pode ajudar a identificar a extensão e a natureza do deslocamento climático e informar as decisões políticas e de planejamento. Isso pode envolver o desenvolvimento de novas ferramentas e métodos para rastrear o deslocamento, como imagens de satélite e tecnologias de sensoriamento remoto.
- **Soluções lideradas pela comunidade:** fornecer apoio a projetos de adaptação e mitigação liderados pelas comunidades, bem como a promoção de processos participativos de tomada de decisão.

Lidar com o deslocamento climático requer uma abordagem multifacetada, que aborde as causas profundas da mudança climática e suas intersecções com o racismo ambiental e a justiça social, fornecendo proteção legal e social para as comunidades e os grupos mais diretamente e desproporcionalmente afetados.

RACISMO AMBIENTAL: QUAIS POPULAÇÕES TÊM A GARANTIA DO BEM VIVER?

Maria Clara Salvador Vieira da Silva, graduanda de Filosofia pela UERJ, pesquisadora da Visão Coop e ativista ambiental



Imagem: Fernanda Marinho - Morro da Oficina

Quem enfrenta o racismo ambiental é um sobrevivente! Os efeitos dos desastres ambientais crescem em escala e deixam destruição e miséria nos lugares que acontecem. Mundialmente, até 2025, aproximadamente 17 milhões de pessoas se tornarão refugiadas do clima somente na América Latina. Segundo estudos recentes do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), cerca de 40% da população mundial é altamente vulnerável às mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global, que ameaça também outras espécies e biomas. Sabemos que, em geral, no Rio de Janeiro, os territórios mais afetados, como favelas, periferias e subúrbios, são constantemente invisibilizados pelo Estado, lugares onde residem, majoritariamente, populações negras e pobres. Diante deste contexto, gostaria de destacar o papel da Baixada

Fluminense como uma das regiões-nutrientes da capital, assim como são outras favelas e periferias do Rio de Janeiro. Podemos considerar a Baixada um alicerce econômico para o Estado. Mesmo diante dessa importância e de sua característica de abastecimento, a região também é vulnerável as mudanças climáticas, sofrendo diariamente com o racismo ambiental.

Mediante o cenário de crise ambiental, existe a necessidade de estabelecermos relações de contribuições locais para o desenvolvimento sustentável. Com dimensão territorial gigantesca, gostaria de propor uma primeira análise sobre a Baixada Fluminense, que possui uma das áreas de maior densidade demográfica do país. Nela, encontra-se aproximadamente 23% de toda a população do Estado do Rio de Janeiro, que está submetida de maneira direta a uma migração pendular em busca de trabalho e melhores condições de vida.

O recôncavo Guanabara, nome popularmente conhecido no século XIX para designar uma parte de terra que sempre ocupou a banda ocidental da baía de Guanabara, tinha como principal objetivo o abastecimento da capital. Ao longo do processo histórico e com as mudanças sociais, cada município tornou-se independente e singular. Neste sentido, é importante levar em consideração a especificidade socioeconômica e cultural presente neste território. Dependendo da problemática e da vulnerabilidade social, a solução ambiental pode ser determinada por especificidades que variam a cada território. O processo de pesquisa e análise da Baixada Fluminense não pode deixar de lado as inúmeras tecnologias e técnicas de sobrevivência de seu povo. Por isto, proponho neste texto uma ótica cartográfica, que é sobretudo afetiva, em conjunto com uma visão e um conceito da Baixada afetiva, ou seja, de um espaço geográfico que foi negligenciado, subalternizado, violentado, apagado historicamente e que, no entanto, produziu inúmeras tecnologias de sobrevivência, não apenas de autossustentação.

Destaco que fomentar uma análise deste território de maneira afetiva não é sinônimo de anular o sofrimento constante e a vulnerabilidade presente, que ocorre em decorrência da precariedade de acesso a informações, de assistência técnica e ausência de órgãos ativos fiscalizadores de e para a proteção ambiental. Isso resulta em uma realidade crítica, pois sem acesso e recursos materiais de sobrevivência é extremamente difícil realizar denúncias, construir políticas públicas de combate ao racismo ambiental e conscientizar a população.

Este texto tem como objetivo olhar para a Baixada Fluminense a partir da ótica de moradores que vivenciam o cotidiano e a rotina do município. Observo que criar um plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, efetivo e que possibilite soluções concretas na vida das pessoas, é extremamente necessário. Este deve ser criado a partir da consulta e escuta de pessoas que estão na ponta da vulnerabilidade climática, fomentando a autonomia das populações nos processos de tomada de decisão. Por isto, é preciso nomeá-los: estes são povos originários, quilombolas, trabalhadores, pessoas negras e a juventude, que vivenciam e criam soluções criativas através de redes e com recursos de meios digitais para as suas próprias sobrevivências.

Ao estabelecer um olhar para a sociedade brasileira, na maior parte das vezes, estes grupos mencionados não são criadores e proponentes de políticas públicas, mas apenas receptores delas, sem integração e diálogo. Vale ressaltar a existência de comunidades como estas que nomeei que são constantemente deslocadas por supostas inovações econômicas e empresariais, as quais, na realidade, provocam desastres ambientais e desconsideram aquilo que as pessoas destes territórios já construíram. Compartilho do questionamento sobre: “quanto vale uma vida em troca de dinheiro e poder?”. A partir desta perspectiva, podemos construir uma análise sobre a saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, que são exemplos do exercício do poder estatal e empresarial e que exercem influência di-

reta sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência é baseada na manutenção da morte.

Segundo o Mapa da Desigualdade 2020, proposto pela casa Fluminense, sabe-se que, de forma geral, os municípios com maior concentração em percentual de pessoas negras, como Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por exemplo, possuem os menores índices de atendimento e acesso aos serviços de saneamento básico e de poluição atmosférica, em relação aos municípios com uma menor concentração em percentual de pessoas negras, como Rio de Janeiro e Niterói. Trata-se, portanto, do modo de operação do Estado neoliberal, que orienta a distribuição desproporcional desses equipamentos públicos de modo a constituir episódios de racismo ambiental, como nota o criador do termo, Dr Benjamin Franklin Chaves Jr.

Neste momento, a falta de saneamento básico e o racismo ambiental se entrelaçam e estabelecem conexões na forma de violentar e docilizar corpos por meio da exclusão deste direito, que na maior parte das vezes é naturalizada pela população.

A Constituição de 1988 garante, em seu artigo 6, que a saúde e a segurança são direitos sociais. Em seu artigo 196, lê-se que é dever do Estado assegurar o direito à saúde pública de qualidade à toda população brasileira e, em seu artigo 225, é assegurado que todos temos direito à qualidade de vida e de ocupar um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Note que existe o descumprimento da lei em detrimento de uma lógica que visa o lucro. A lei garante à população o bem viver de todas as pessoas, mas podemos observar que, na prática, a garantia do bem viver está destinada a apenas uma parte da população do Rio de Janeiro.

Gostaria de destacar o caso de Queimados, que é um dos municípios brasileiros presentes na Baixada Fluminense que enfrenta problemas relacionados ao saneamento básico. Nesse sentido, destaco os

relatos de uma moradora de um dos bairros da cidade mais afetados pela enchente de abril de 2022, o Santa Rosa, que sofre com doenças de pele. “Meu corpo está todo cheio de manchas. E esses dias aí, com a última enchente, eu fiquei passando mal”. Além de descrever problemas de pele, a moradora relata também que as enchentes causam problemas psicológicos, como ansiedade climática. A senhora descreve aquilo que sente quando começa a chover forte em sua moradia: “Me dá aquele problema de nervo quando começa a chover e eu não durmo”. Para a liderança do mesmo bairro, Fernanda, coordenadora da Organização sem fins lucrativos que auxilia os moradores para a arrecadação de cestas básicas e doação de água potável em períodos de enchente, é triste observar que o Poder Público, que detém o poder de atuação nestas localidades, estabelece uma política de descaso.



Dois moradores caminhando pelo seu bairro alagado. Foto: Alex Sandre (Sandrone imagens). Acervo da Visão Coop

No entanto, esta realidade não se restringe só a um município da Baixada Fluminense. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), em 2018, apenas 46% do esgoto brasileiro gerado foi tratado corretamente. Além de a falta de tratamento de água e o esgoto a céu aberto causarem doenças, a falta de saneamento também contribui diretamente para a poluição ambiental, para a pobreza e a miséria do povo brasileiro. Os números apresentados elucidam que grande parte dos esgotos vai diretamente para os rios e para o mar, ou seja, parte da biodiversidade marinha e de ecossistemas também é afetada por negligência estatal. Uma das medidas urgentes e práticas é a criação de uma Secretaria Estadual de Emergência Climática para promoção de adaptação e resiliência urbana com o apoio e a participação popular, focada na prevenção de enchentes, desabamentos e outros desastres ambientais a partir de um plano de adaptação às mudanças climáticas, que priorize a população em vulnerabilidade socioambiental.

FONTES:

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019.

IPCC AR6 (Intergovernmental Panel on Climate Change). Summary for Policymakers. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM.pdf

Lima, Mariana. Racismo ambiental e injustiça ambiental: o que são? In: Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/racismo-e-injustica-ambiental/>

VISÃO COOP. Visão para o Saneamento. Rio de Janeiro, 2020.

CASA FLUMINENSE. Relatório Casa Fluminense 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2021/10/relatorio-2020-final-2.pdf>

MEMÓRIA



Foto: Acervo da FMPBU.

Nessa seção, abrimos espaço para conhecer um pouco do passado de favelas e periferias pelo país afora. Por meio de relatos de moradores, da reconstrução de suas histórias orais, bem como de suas trajetórias, contamos a história social e urbana de diferentes localidades.

RACISMO AMBIENTAL E DIREITO À CIDADE NA BACIA DO UNA, EM BELÉM (PA)

FMPBU, Frente dos moradores Prejudicados da Bacia do Una José Alexandre de Jesus Costa Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares



Imagem: Expectativas sobre o Projeto Una Foto: Informativo do Governo do Estado do Pará, 1995-1998, 3 Dez. 1999, p.36.

No último mês de março, enchentes de rios e inundações urbanas afligiram capitais amazônicas, como Manaus, Rio Branco e Belém. As explicações sobre esses desastres variam entre os efeitos de mudanças climáticas, características geográficas das cidades, problemas no planejamento urbano e combinações entre esses fatores. Em todos os casos, observa-se que os lugares mais atingidos por inundações, pela força da correnteza das águas e por deslizamentos de terra devido às chuvas foram os bairros com localização mais vulnerável e com menos infraes-

trutura urbana. Estes bairros são justamente aqueles em que habitam as pessoas mais pobres, na maior parte, pretas, pardas e indígenas. São, em sua maioria, migrantes ou descendentes de migrantes de cidades do interior ou de outras regiões do Brasil. Nas áreas empobrecidas das cidades amazônicas, também se fazem presentes, sobretudo, famílias de migrantes da Venezuela e do Haiti.

Na cidade de Belém – de onde falamos –, as inundações urbanas são um problema de longa duração e que atinge as áreas mais baixas, irrigadas no passado por igarapés (afluentes de rios no contexto amazônico) que, com o tempo – e políticas públicas inadequadas –, se tornaram canais de drenagem sem nenhuma utilidade programada, a não ser acumular a água das chuvas e o esgoto da cidade. Uma dessas áreas é a Bacia do Una, ocupada na segunda metade do século XX. Trata-se de uma área de 36,64 km² que hoje compreende 20 bairros da capital paraense. No seu conjunto, a Bacia do Una possui 30% de áreas inundáveis. Com o processo de urbanização de Belém, boa parte de seus igarapés foram aterrados e outros tiveram o seu curso alterado. Ademais, parte de seus terrenos foram impermeabilizados pela pavimentação, construções particulares e perda de áreas verdes. O que existe hoje, no lugar dos antigos cursos d'água, é um conjunto de 17 canais de drenagem urbana a céu aberto e seis galerias subterrâneas. Esse sistema de drenagem é regulado por duas comportas – espécie de barreira mecânica – que protegem o interior da cidade das águas da Baía do Guajará e controlam o fluxo de água nos canais da Bacia do Una.

As transformações mais significativas na Bacia do Una começaram a acontecer no fim da década de 1970, com a remoção forçada de moradores e a retificação de um trecho do Canal São Joaquim, um dos principais cursos d'água da região. Obras pontuais como essa continuaram a ocorrer ao longo dos anos 1980. A mudança mais radical, no entanto, aconteceu somente a partir de 1993, com uma grande obra de reforma urbana que tinha o objetivo de beneficiar toda a extensão territorial da

Bacia do Una. A essa grande obra chamaremos de “Projeto de Macro drenagem da Bacia do Una” ou, para simplificar, “Projeto Una”. Esse projeto foi responsável pela urbanização de grande parte da Bacia do Una: áreas alagadas foram aterradas, ruas foram pavimentadas e instalou-se equipamentos de abastecimento de água e rede de esgoto nas “baixadas” (como são chamadas as favelas em Belém). Porém, a principal realização do Projeto Una foram as obras de macro drenagem, que transformaram o conjunto de igarapés da região em um sistema de canais e galerias para acumulação de água, controlado pelas comportas do Una e do Jacaré, localizadas na foz do Canal do Una.

O objetivo da criação desse sistema de macro drenagem era, evidentemente, dar uma solução para o problema histórico das inundações e alagamentos nas baixadas onde moravam, na época, cerca de 600 mil pessoas. As obras do Projeto Una foram dadas como concluídas no final de 2004. Os resultados apareceram logo, em 2005. Durante o inverno amazônico, os canais transbordaram com as grandes chuvas. Ruas e residências ficaram submersas. Os poderes públicos se pronunciaram, dizendo que aquela havia sido a “chuva do século”. Aquilo que deveria ter sido um episódio excepcional em 2005, acabou se repetindo em 2006 e 2007. E assim por diante, aumentando em frequência e intensidade após a conclusão do projeto.

Perplexos diante da situação, desde 2005, grupos de moradores procuraram diálogo com a gestão municipal, com o governo estadual, com ex-técnicos do Projeto Una e com profissionais das engenharias para entender o que estava acontecendo. Uma das conclusões a que se chegou foi que o projeto implementou um conjunto de obras que necessitavam de trabalho e manutenção constante por parte do Poder Público (nesse caso, o município seria o responsável). Essa manutenção – conforme prescrita em manuais elaborados por técnicos do projeto – nunca aconteceu. Ao longo do tempo, os canais ficaram assoreados, estreitos e tomados por vegetação, perdendo suas dimensões originais e a capacidade de acúmulo de água.



Imagem: Casa nº 5 da Vila Freitas, margem direita do Canal do Galo, próximo à Avenida Pedro Miranda, bairro da Pedreira. Ano de 2005. Foto: Acervo da FMPBU.

Outro agravante é que as obras de macrodrenagem não foram acompanhadas, na devida proporção, por infraestruturas de esgotamento sanitário. Em outras palavras, havia um sistema de macrodrenagem recém-construído, mas, sem as estações para o tratamento de esgoto, as redes coletoras continuavam a despejar os dejetos sanitários nos canais. Logo, se havia uma expectativa de despoluição desses cursos d'água após a conclusão do projeto, o que ocorreu foi o inverso. Por fim, comunidades inteiras dentro da Bacia do Una não receberam nenhum benefício previsto no projeto e obras complementares importantes não foram realizadas, o que também comprometeu a funcionalidade de todos os equipamentos instalados. Os resultados são mais inundações, comprometimento das redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto, além do contato das pessoas com água contaminada dos canais, trazendo sérios impactos à saúde e ao bem-viver dos moradores dessas áreas.

O que acontece na Bacia do Una – e nas áreas mais pobres de cidades brasileiras como as citadas no início do texto – é um caso de injusti-

ça ambiental ou, como muitos têm preferido chamar, de racismo ambiental. A diferença é que na Bacia do Una pessoas pobres e racializadas não sofrem apenas por seus locais de moradia estarem mais expostos a danos ambientais ou pela falta de infraestrutura urbana. De fato, entre 1993 e 2004, houve um investimento significativo de trabalho e recursos (cerca de 312 milhões de dólares financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento) em urbanização e em soluções contra inundações urbanas com o Projeto Una. Esse exemplo mostra que essas populações podem se tornar mais vulneráveis com a implementação de políticas públicas urbanas, ou melhor, devido ao modo como essas políticas são executadas.

A experiência da Bacia do Una demonstra que, talvez, a solução não esteja em mais políticas públicas ou, pelo menos, em grandes projetos, investimentos e técnicas empregadas. Também já se sabe que importar projetos de outras regiões do Brasil e do mundo para cidades amazônicas sem considerar as características climáticas, hidrológicas e geomorfológicas do lugar tende a não produzir os resultados esperados. O que precisa ser considerado, além de tudo o que já foi dito, é o ponto de vista das pessoas que terão as suas vidas transformadas por qualquer ação do Estado sobre seus lugares de moradia e de pertencimento. Pois o racismo ambiental não dever ser visto apenas como o efeito de intervenções que deram errado. O racismo e o preconceito de classe norteiam essas políticas desde a sua concepção, visto que o modo como essas políticas são pensadas e implementadas está ligado às ideias dos gestores e planejadores sobre quem serão os beneficiários e sobre a necessidade de ouvi-los ao longo desse processo. Logo, políticas públicas sem a participação e o controle social desde a sua formulação tendem a reproduzir marginalização social e racismo ambiental, pois não incorporam as ideias, visões de mundo e práticas dos principais interessados.

O ciclo de violência contra os moradores da Bacia do Una tem continuidade nos discursos do poder público executivo – principalmente da

prefeitura – sobre as causas das inundações na área. Quando o transbordamento dos canais é noticiado nos veículos de comunicação locais, é comum a emissão de notas pela gestão municipal afirmando que as inundações são causadas pelo acúmulo de lixo arremessado pela população local nos cursos d’água. Os discursos que responsabilizam os moradores locais pelas suas próprias condições de vida tem como base racismo e preconceito de classe, disseminando também significados e pontos de vista estigmatizantes sobre essas pessoas. São ideias do senso comum, sem qualquer referência às omissões do Poder Público e às limitações das políticas implementadas.

Na Bacia do Una há coletivos de moradores que têm se empenhado na circulação de suas ideias em diversas esferas, como a política, a jurídica e a acadêmica. Um desses coletivos é a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMBPU), formada por moradores que se conheceram, em 2008, quando fizeram denúncias ao Ministério Público do Estado do Pará sobre as inundações em seus respectivos bairros. Esses moradores tinham em comum a percepção de que a causa das inundações não era “natural” e estava ligada a irregularidades na execução do Projeto Una e na falta de manutenção das obras após concluídas. Essa hipótese – que se confirmou com o passar dos anos – foi aceita pela Promotoria de Meio Ambiente e utilizada na petição inicial do processo que deu origem a uma Ação Civil Pública (ACP) Ambiental contra a Prefeitura, o Governo do Estado e a Companhia de Saneamento do Pará, todos envolvidos na execução e manutenção das obras do Projeto Una. O processo (nº 0014371-32.2008.814.0301) obriga os órgãos em questão a realizar a manutenção do sistema de macrodrenagem e concluir obras pendentes.

Boa parte das informações contidas neste escrito foram retiradas dos autos do processo, de diálogos com técnicos do projeto e com moradores de áreas diferentes da Bacia do Una. Esses dados também deram origem à produção de trabalhos acadêmicos e materiais que continuam a orientar as reivindicações da FMPBU para garantia do direito à cidade, que,

nesse caso, implica na ressignificação das relações com os cursos d'água e no acesso ao saneamento e à moradia digna. Enquanto isso, alguns moradores sonham com os igarapés do passado e projetam esse sonho no futuro. Esse seria um desafio de longo prazo, que exigiria a despoluição gradual dos canais e a maior integração entre os componentes do saneamento: abastecimento de água, manejo do lixo, drenagem urbana e esgotamento sanitário. Outros possuem uma visão mais pragmática e voltada para as questões urgentes do presente, como a necessidade de evitar inundações, garantindo a manutenção para o funcionamento do sistema de macrodrenagem, tal como previsto no Projeto Una. E nem por isso também deixam de sonhar.



Imagem: Canal da Avenida Visconde de Inhaúma, bairro da Pedreira. Ano de 2016. Foto: Acervo da FMPBU.

REFERÊNCIAS:

ABELÉM, Aurileia. Urbanização: para que e para quem? Belém: NAEA/UFPA, 2018.
COSTA, J. A. J. ; SOARES, P. P. M. A. ; DIAS, V. M. . Regaining Paradise Lost: Global Investments, Mega-Projects, and Seeds of Local Resistance to Polluted Floods in Belém. *The Nature of Cities*, 12 dez. 2018.

SOARES, P. P. M. A.; CRUZ, S. H. R. A Ecologia Política das inundações urbanas na Bacia do Una em Belém (PA). *Emancipação*, v. 19, p. 1-15, 2019

ENSAIOS



Foto: Ana Carolina Fernandes Santana

Nesse espaço, privilegiamos as escritas de todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, vivem as periferias. Artigos, crônicas, contos, em suma, diferentes gêneros literários, além de ensaios fotográficos, são alguns dos materiais aqui presentes.

RESISTÊNCIA INDÍGENA E RACISMO AMBIENTAL NO CORAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: A EXPERIÊNCIA DA ALDEIA MARAKÁ'NÀ.

Ana Carolina Fernandes Santana, indígena urbana, historiadora e fotógrafa **Cacique José Urutau Guajajara**, doutorando em linguística, Aldeia Maraká'nà



Foto: Ana Carolina Fernandes Santana

Para boa parte da população carioca, dizer que há uma aldeia indígena em pleno coração da cidade do Rio de Janeiro pode soar de maneira estranha ou até duvidosa. A verdade é que reside e insiste no imaginário popular a concepção do indígena silvícola, uma espécie de alegoria de histórias, fantasias e folclores. No entanto, o indivíduo indígena povoa os mais diferentes espaços do território nacional, sem perder a sua identidade ou o seu pertencimento.

Vale lembrar que a migração é uma consequência de tensões sociais que sempre acompanharam os povos originários. Os conflitos podem ser observados nas mais distintas esferas da vida desses grupos, não se

limitando às questões mais recentemente abordadas na mídia, como o garimpo ilegal. Observando com mais atenção, é possível perceber a falta de estrutura e de políticas públicas, que deveriam ser garantidas pelo Estado.

A Pluriversidade Indígena Aldeia Maraká'nà, localizada em bairro homônimo, e ao lado de um dos maiores pontos turísticos nacionais (também de mesmo nome), é um exemplo de descaso e exclusão em área nobre da cidade carioca. O espaço de 14.300m² está atualmente cercado para maior segurança dos residentes e possui casas construídas pelos próprios moradores e apoiadores que abrigam suas famílias, além de contar com inúmeras árvores, horta, espaço aberto e o prédio do antigo Museu do Índio, desativado em 1977. Desde a retomada do território em 2016 (após a expulsão dos mesmos pelo governo estadual, em 2012, para a construção de um estacionamento), os residentes vivem em situação de vulnerabilidade e sem serviços básicos.

O cacique da Aldeia Maraká'nà, José Urutau Guajajara, explica como eram as condições antes da retirada pelo governo e detalha como vivem atualmente: “Até final de 2013, nós tínhamos tudo isso aí: água, luz, sistema de esgoto [...], depois da retirada nós só retornamos em 2016 e aí já era estacionamento e eles retiraram tudo. Tentaram derrubar o prédio, mas não conseguiram. Agora, nós tivemos que montar tudo. Voltamos e tivemos que cavar buraco para banheiro seco e sumidouro, comprar água... Ganhamos uma caixa d'água de 10.000 litros e só depois nós viemos a criar um sistema de bateria solar. A água, nós deixamos de comprar pois estava muito cara e cavamos um poço. O sistema de esgoto ainda é sumidouro, encontramos um esgoto antigo, mas entope. Então, não há água encanada e também não tem esgoto encanado. Coleta de lixo não há, nós colocamos do lado de fora porque não tem uma coleta seletiva, embora a COMLURB peça, e não tem retirada de entulho também. Quanto à iluminação, nós suprimos com placa de energia solar, dá para alimentar os celulares...”.

O questionamento que se levanta é: por quais motivos um território situado em uma área importantíssima para a cidade tem sido tão profundamente negligenciado?

A expressão racismo ambiental apareceu na década de 1980, nos EUA, e foi cunhada por Benjamin Franklin Chavis Jr., químico, reverendo e liderança do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. O conceito surgiu em meio a protestos contra depósitos de resíduos tóxicos no condado de Warren, na Carolina do Norte, onde a maioria da população era negra. Todavia, o termo não se manteve restrito à realidade estadunidense. Processo semelhante pode ser observado no Brasil.

Em entrevista para a Conectas, a especialista em sociologia urbana e ativista ambiental, Rita Maria da Silva Passos, afirma que “os espaços de onde as pessoas podem ser removidas e negligenciadas têm cor: são pretos, são indígenas”. Segundo ela, o racismo ambiental refere-se “à carga desproporcional dos riscos, dos danos e dos impactos sociais e ambientais que recaem sobre os grupos étnicos mais vulneráveis”.

José Urutau Guajajara alega não receberem qualquer tipo de suporte por parte das autoridades, sejam municipais ou estaduais, e ainda lidar com a pressão por parte dos torcedores em dias de jogos no estádio do Maracanã: “O que atinge a gente aqui são os mosquitos e é aquilo, repelente e fungicida a gente tira daqui mesmo, repelente natural, fungicida natural... O mosquito é muito por causa das garrafas que jogam e acumula muita água, as garrafas e latas que os torcedores jogam. É uma pressão muito grande por parte da torcida”.

Perguntado sobre o acesso à saúde, o cacique Guajajara diz não haver apoio da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) ou da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e que, por isto, recorrem a um Centro Municipal de Saúde (CMS), localizado na Rua do Matoso, no

bairro Praça da Bandeira.

O racismo ambiental possui uma relação direta com as injustiças sociais, uma vez que tanto é causado por elas como as cria e fortalece. Em torno desta estrutura, a discriminação vira álibi e fundamento para a desigual distribuição dos impactos ambientais, a falta de políticas públicas, a marginalização da parcela mais vulnerável e invisibilizada da sociedade e, portanto, a exclusão. A morte social é um produto do racismo ambiental. Segundo Marcos Bernardino de Carvalho, professor de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, em entrevista ao portal Jornal da USP:

“Quanto mais resíduo, quanto mais maltratado for o ambiente e quanto mais você despejar dejetos nesses lugares, mais você consolida essa situação de desigualdade e discriminação absurda”.

Uma outra questão se destaca ao verificarmos a situação da Aldeia Maracanã: por estar situada no coração da cidade, possui o interesse de vários setores ligados aos empreendimentos urbanos. De acordo com Urutau: “A especulação imobiliária da área aqui é pesada. A gente recebe essa pressão diariamente. Todos os governos, no sentido amplo, veem isso aqui como um grande cifrão, uma área super valorizada, mas, é nosso patrimônio imaterial, patrimônio dos povos originários, nós estamos na luta pela demarcação. Praticamente tudo isso está no nosso processo, que já tem 1.350 páginas e está com a 5ª Turma Especializada da 2ª Região, ali na Rua do Acre, 80, no cartório do 7º andar.”



Foto: Ana Carolina Fernandes Santana

A especialista Rita Maria da Silva Passos relaciona o racismo ambiental à necropolítica: “se retroalimentam e fazem parte do mesmo processo de auto expansão do capital. Desta forma, é possível dizer que há regulação das mortes, tornando factível as funções de mortes sancionadas pelo Estado, de acordo com um perfil e características dos corpos que podem ser negligenciados”. Tal processo pode ser visto com clareza ao analisar as diversas circunstâncias vividas pelos povos indígenas, seja em comunidades interioranas, aldeados ou centros urbanos. O mesmo capital que age como força motriz do garimpo também é o motor da especulação imobiliária, tornando-se uma questão que atravessa todo o território nacional.

José Urutau Guajajara diz que a compreensão dos povos indígenas acerca da terra é oposta à concepção do capital sobre a mesma: “a grande cobiça por trás do território Yanomami é que eles estão em terras muito férteis e ricas, sendo uma das áreas mais preservadas daquela região de Roraima. O grande monstro que engole populações indígenas inteiras é o agronegócio, com a filosofia de que para ‘alimentar o mundo’ tem que desmatar mesmo; e é o que acontece. Os Yanomamis veem o contrário da filosofia do desmatamento”.

Em audiência na Câmara dos Deputados, no dia 05 de abril deste ano, o advogado da Aldeia Maracanã, Arão da Providência de Araújo Filho declarou: “Qual é a diferença da terra indígena pra terra privada? É porque a terra privada pode ser destinada pro veneno, pra especulação imobiliária, pode ser destinada contra a vida [...] A terra indígena não, ela só pode ser destinada pros usos, pros costumes e para as tradições indígenas por conta do artigo 231 da Constituição Federal”.

Perguntado sobre as perspectivas futuras da Aldeia Maraká'nà como símbolo de luta e resistência, o cacique responde que o objetivo é ser autocrata e independente do Estado. Ele conta sobre a proposta de candidatura coletiva promovida por ele e mais seis mulheres indíge-

nas da aldeia para a gestão do Museu do Índio, em Botafogo, fechado para reformas desde 2016. O objetivo é criar mais um espaço de apoio e reconhecimento para as pessoas, comunidades e povos indígenas na cidade, além de buscar resgatar a memória com artefatos, proteção às línguas originárias, pesquisas, educação e suporte tanto à defesa da Aldeia Maraká'nà quanto à saúde dos indivíduos indígenas em contexto urbano.

O projeto ainda busca assistência jurídica para as comunidades indígenas, promoção da inserção de pessoas indígenas em espaços de trabalhos, sobretudo de professores em escolas indígenas, e incentivo à efetivação qualificada da lei 11.645/08. O documento está em trâmite na FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e aguarda aprovação.

A Aldeia Maraká'ná está localizada na Rua Mata Matoso, nº 126, Maracanã, no Rio de Janeiro, e promove diversos eventos e oficinas abertas semanalmente. Para confrontar a invisibilização e a morte social a que estão submetidos, é importantíssima a adesão de todos que possam estar presentes, divulgando sobre e consumindo as informações produzidas pelos próprios indígenas. A aldeia se constrói e se mantém pelas mãos de muitos. Para maiores informações, é possível encontrá-los nas redes sociais pelo @tekohawmarakana.

Acompanhe nas
próximas páginas

ENSAIO FOTOGRÁFICO

**ALDEIA
MARAKANÃ**







O QUE TÁ PEGANDO



Foto: Laura Torre

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços de Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público, além de textos de especialistas e pesquisadores, este espaço dá visibilidade aos acontecimentos do momento nas favelas e periferias.

COCÔZAP: UMA TECNOLOGIA SOCIAL DE GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO COMPLEXO DA MARÉ

Ana Carolina Fernandes Santana, indígena urbana, historiadora e fotógrafa **Cacique José Urutau Guajajara**, doutorando em linguística, Aldeia Maraká'nà



Foto: Logotipo Cocôzap

O CocôZap é um projeto de geração cidadã de dados, mapeamento, educação e mobilização comunitária do laboratório Data_Labe, fundado no ano de 2016, pela parceria inicial com Observatório de Favelas e Escola de Dados, que atua na promoção da democratização do conhecimento por meio da geração, análise e divulgação de dados com foco em raça, gênero e território a partir do Complexo da Maré – RJ. O Data_Labe é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos (Data_Labe, 2023). No ano de 2018, tornou-se uma associação autônoma com foco nos eixos de atuação: jornalismo; formação, monitoramento, geração ci-

dadã de dados, justiça socioambiental e incidência política.

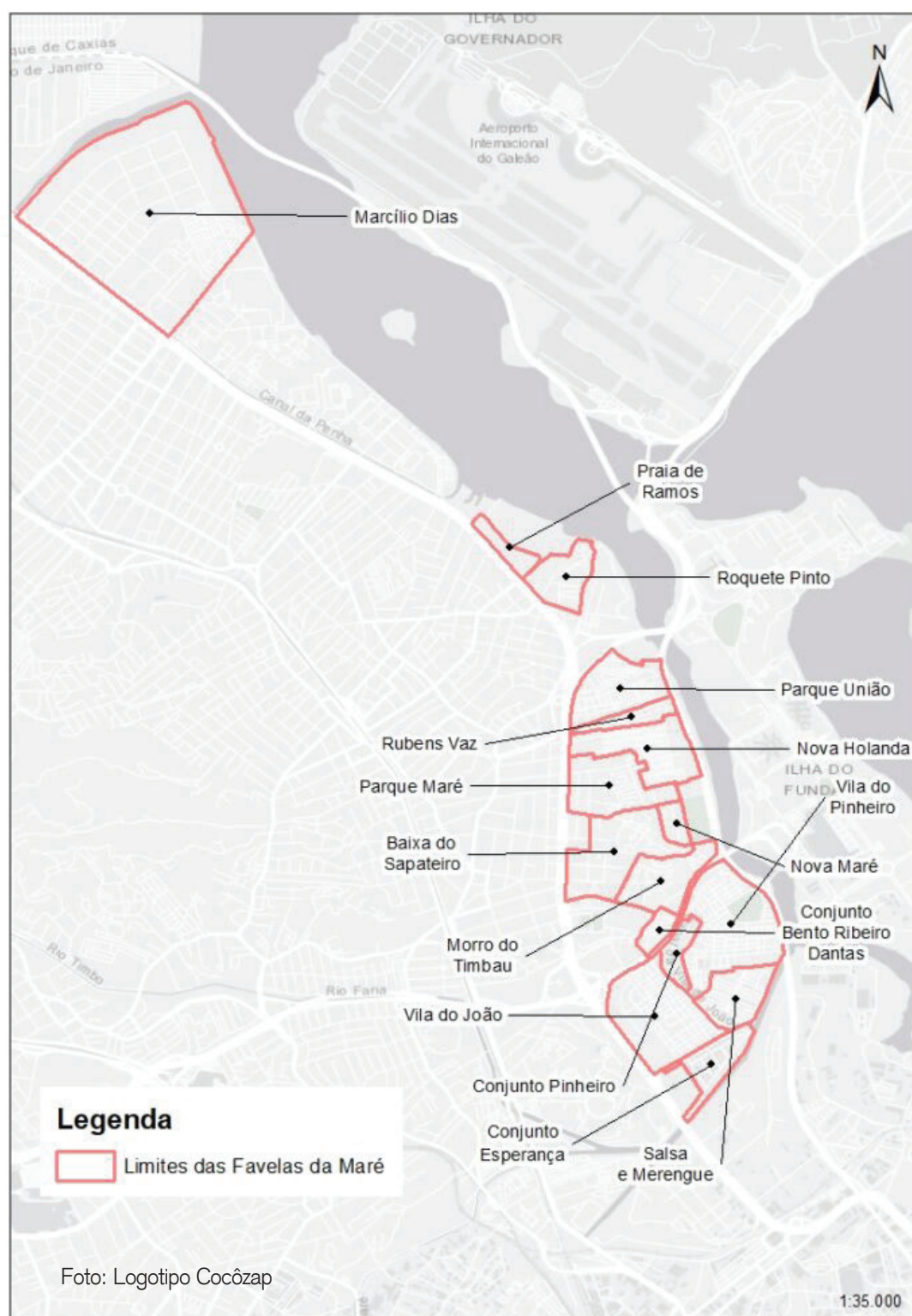
A iniciativa do projeto CocôZap surgiu em 2018, construída mediante as narrativas de quem passa por problemas relacionados ao saneamento, por meio do recebimento de denúncias dos moradores do Complexo da Maré pelo canal do WhatsApp do projeto. São mapeadas as violações do direito ao saneamento básico, as quais contemplam: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais (águas provenientes das chuvas).

O recebimento das denúncias pelo número do CocôZap funciona da seguinte maneira: o morador envia a queixa para o número de WhatsApp, a equipe do Cocôzap entra em contato para entender a frequência do ocorrido e se foi feito contato com algum órgão/instituição; a queixa é registrada num banco de dados criptografado que segue a lei da LGPD¹, não entrando nenhum dado sensível do morador na planilha; a equipe de dados organiza o banco de dados e faz o upload no site do CocôZap das queixas existentes.

Além da coleta de dados, o CocôZap faz parceria com o projeto LUTeS (Lutas Urbanas, Tecnologia e Saneamento), do SOLTEC/UFRJ, Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, somando na promoção de atividades de educação ambiental crítica, na Escola Estadual Professor João Borges de Moraes, localizada na favela da Nova Holanda. E promove os Encontros de Saneamento da Maré, que são espaços de debate e articulação de diferentes atores do território com autoridades públicas em torno da temática do saneamento, e construiu a Carta de Saneamento da Maré, enquanto instrumento de incidência política.

A Maré é composta por dezesseis favelas. Segundo o Censo da Maré (2019), havia uma população de 139.037 moradores residentes, distribuídos em 47.758 domicílios, no ano de 2013. Sabemos que, socialmente, os

territórios de favela e periferias são estereotipados e marginalizados, principalmente no que tange o acesso aos direitos básicos. Reivindicar a equidade de direitos e pautar políticas públicas é um movimento constante nas favelas. A geração cidadã de dados tem se tornado aliado nessa luta; com a consolidação de dados e diagnósticos, esse campo vem se moldando, se tornando mais palpável.



A área que compreende o Complexo conhecido como Maré surgiu na década de 1940. Foi construída sobre palafitas em uma região de mangue, sob condições inexistentes de esgotamento sanitário e direitos. O surgimento da Maré está diretamente ligado ao processo de remoção, desenvolvimento e expansão da cidade do Rio de Janeiro, processos iniciados no século XX, por meio das reformas urbanísticas que visavam a modernização. A construção da rodovia BR-101, atualmente conhecida como Avenida Brasil, inaugurada no ano de 1946, culminou num processo de migração local para a região, pela necessidade de mão-de-obra. Num momento posterior, houve também a migração da região Nordeste (Vieira, 2020).

Na década de 1980, com a implementação do Projeto Rio, iniciativa governamental para levar infraestrutura para algumas favelas da cidade, a Maré recebeu as primeiras obras de saneamento. Anteriormente, a rede coletora de esgoto e os ligamentos eram realizados de maneira manual pelos próprios moradores. Até essa época era muito comum a utilização do rola-rola, tecnologia desenvolvida pelos moradores em um barril de madeira adaptado, que possibilitava o transporte de água até as suas casas (Relatório CocôZap, 2021).

As associações de moradores, por intermédio da mobilização local, sempre foram muito importantes na história da Maré. As mulheres do território sempre estiveram na linha de frente nas tomadas de decisão, em busca da garantia dos seus direitos. Ainda na década de 1980, foi formada a Chapa Rosa, primeira chapa democrática composta só por mulheres. Cabe lembrar, que historicamente mulheres são as mais afetadas por doenças e pelo não acesso ao saneamento adequado. Essa mobilização trouxe a garantia e conquista de acesso à luz, água e esgoto.

Em 1994, o Complexo da Maré se tornou bairro, compondo a Área de Planejamento (AP3). Segundo o IBGE (2010), é o 9º bairro da cidade mais populoso. Sabe-se que os dados produzidos por instituições oficiais, em

sua maioria, não retratam a realidade dos moradores de favela, seja pelas justificativas em torno das dificuldades de acesso aos locais para a coleta, pela presença do poder paralelo ou mesmo pela divergência na própria produção dos dados.

Em 2020, foi formulada a primeira Carta de Saneamento da Maré, em parceria com a Casa Fluminense e a Redes da Maré, a fim de pautar as demandas socioambientais para as eleições municipais. E também para compor a Agenda Rio 2030 da região metropolitana do Rio de Janeiro a partir da produção do plano de monitoramento popular sobre saneamento básico na Maré, através de dados compilados do CocôZap. Já o “Relatório do CocôZap 5.0 sistematizando dados e formulando políticas” (2021), apresentou o diagnóstico da pandemia da Covid-19 e o panorama de acesso à água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e o manejo das águas pluviais, a partir de dados disponíveis no Censo Populacional da Maré, de 2019.

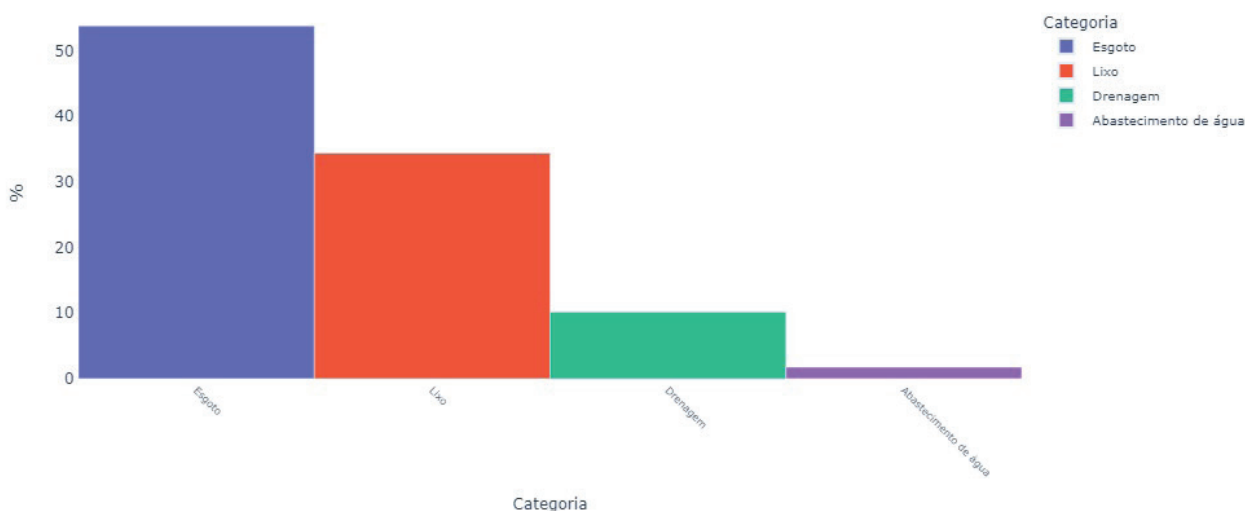
A mobilização e articulação local foram fundamentais para a construção das queixas do CocôZap junto com os moradores e embaixadores do projeto. Em 2021, após muitas incertezas se instalarem com a pandemia da Covid-19, o projeto ganhou a colaboração de quatro embaixadores, moradores do complexo da Maré, responsáveis por atuar conjuntamente nas 16 favelas. Houve a divisão de quatro territórios para cada embaixador, que em quatro meses de projeto, por meio da busca ativa de escuta, conseguiram mapear 229 queixas, a fim de investigar a qualidade dos serviços de saneamento básico ofertados.

Das 229 queixas, foram consideradas 227 para os resultados, pois duas possuem imprecisão quanto às suas localizações. De 227 queixas, 122 estão relacionadas à categoria de esgoto, 72 à categoria de lixo, 23 pertencem à categoria drenagem e quatro estão relacionadas ao abastecimento de água. A partir dos resultados, foi possível compreender que nas favelas da Vila do Pinheiro, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau e

Nova Maré há uma concentração maior no recebimento dessas queixas.

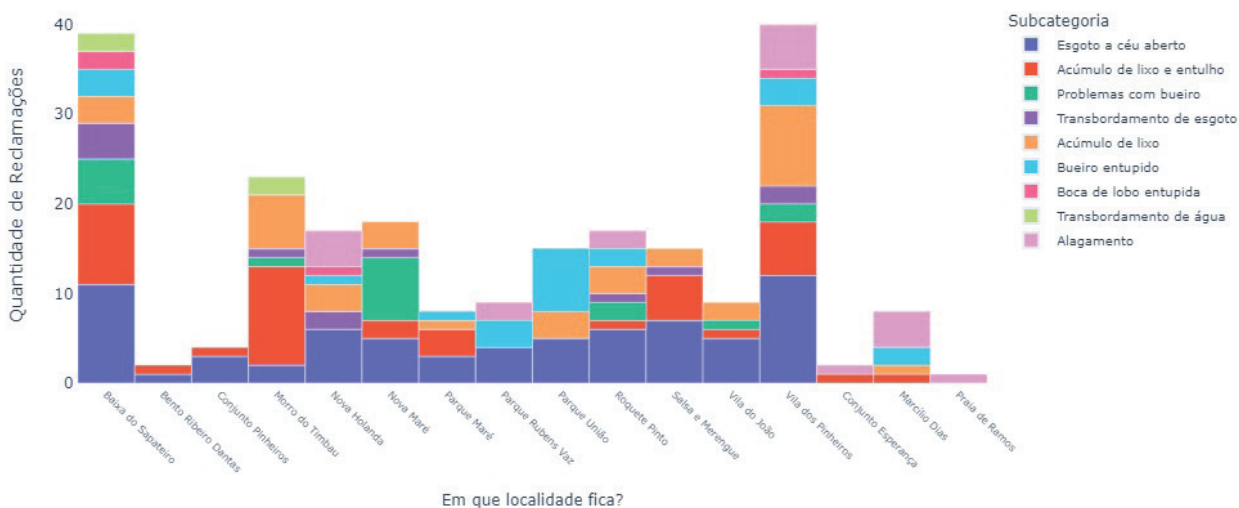
Os resultados também apontam que o maior problema existente quando falamos de saneamento básico na Maré, está na categoria esgoto que correspondem a 53,7% das queixas; seguidas de 34,4% de lixo; 10,1 de drenagem e 1,8% de abastecimento de água. O esgoto quando não tratado acarreta em doenças e impacta diretamente na saúde, sendo a disposição final do esgoto e uma questão de saúde para o ecossistema e para a população (ANA, 2023).

Distribuição das categorias



Distribuição das subcategorias por favela

Foto: Acervo Cocôzap



Assim, a promoção da saúde pública é afetada pelos efeitos do saneamento inadequado, ligados a alguns fatores possíveis e indesejáveis de ocorrerem em áreas urbanas e rurais, os quais podem ser minimizados ou eliminados com o uso apropriado de serviços de saneamento (FUNASA, 2023). Infelizmente, esse problema está longe de ser resolvido para os moradores do complexo da Maré, que também sofrem com as Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), pela contaminação da água e esgoto, ocasionando em casos de diarreia, leptospirose e esquistossomose, que se não tratados devidamente podem levar a morte.

Nesse sentido, considerando os princípios de universalização e integralidade citados, e ainda destacando que o controle social, ou seja, a participação da sociedade na administração pública é, também, um dos princípios fundamentais estabelecidos pela Política Nacional de Saneamento Básico, o Cocôzap aposta na construção de planos participativos. A participação social é um dos pilares do fazer político democrático, mas tem sido desprezada em prol de narrativas unilaterais e pouco representativas (CocôZap, 2021).

O acesso à água é garantido pela Lei 11.445/2007, que prevê a universalização dos serviços de saneamento básico, mas a qualidade dessa água, muitas das vezes, é duvidosa, e o abastecimento também não é contínuo. Em 2020, foi aprovado o Novo Marco do Saneamento sob a Lei 14.026/2020, que mantém o objetivo de universalizar o acesso aos serviços de saneamento, porém, contando com a facilitação da entrada de empresas privadas, o que deixa ainda mais nebuloso o acesso ao saneamento nas favelas (CocôZap, 2021).

O não acesso ao saneamento básico adequado, às constantes violações que impedem o direito ao bem estar, produzidas pelas desigualdades sociorraciais, são desdobramentos do racismo ambiental, impactando diretamente os corpos negros, periféricos e marginalizados.

O racismo ambiental acontece quando pessoas são expostas à vulnerabilidade e riscos ambientais por sua raça, cor e/ou etnia (Alier, 2007). Os eventos relacionados às mudanças climáticas, tais como altas temperaturas, alagamentos e enchentes, estão se tornando mais frequentes e as favelas são as mais prejudicadas pelo não planejamento e pela ausência de planos de ação governamentais.

A produção de dados em favelas possibilita a formulação de políticas públicas descentralizadas, o combate ao racismo ambiental e pauta a justiça climática e racial, pois parte das reais necessidades de quem sofre com as violações do Estado, fortalecendo as causas e reivindicações locais. O intuito maior que rege essa iniciativa é materializar – por meio de vivências, reflexões e construção de metodologias – ações integradas e abrangentes que ampliem os campos de possibilidades sociais e de direitos dos moradores de favelas e periferias (Redes da Maré, 2019).

Bibliografia

A Maré em 12 Tempos / organizado por Antônio Carlos Pinto Vieira, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, Luiz Antônio de Oliveira. – Rio de Janeiro: Ceasm: Espirógrafo, 2020. 176 p.;23cm.

Carta de Saneamento da Maré: Complexo da Maré / organização Casa Fluminense, Data_Labe, Redes da Maré, — 1.ed. — Rio de Janeiro : Associação Casa Fluminense, 2021. — (Coleção agendas locais 2030; 1).

ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração / Joan Martínez Alier; [tradutor Maurício Waldman] – 2. ed., 4^o reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2007.

Relatório CocôZap 5.0 sistematizando dados e formulando políticas. Casa Fluminense, Heinrich Böll Stiftung. Dezembro: 2021.

Censo Populacional Redes da Maré. Redes da Maré. 2019.

Brasil, 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

RACISMO AMBIENTAL E VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: OS CORPOS NEGROS FEMININOS DO ANTIGO LIXÃO DE ITAOCA (RJ)

Paola Lima é assessora de mobilização da Casa Fluminense, advogada e diretora de projetos no Espaço Gaia

Laura Torres é estudante de ciências políticas, doula com atualização pela Fiocruz, idealizadora e diretora geral do Espaço Gaia



Entrada dos fundos do antigo lixão de Itaoca Foto: Laura Torres

O significado de ilha, em sua definição geográfica, conforme o dicionário Michaelis, é: “porção de terra com área não tão grande quanto um continente e cercada de água por todos os lados”. Ilha também possui outros significados, tais como: “Tudo aquilo que se assemelha a uma ilha por estar isolado ou afastado do mundo que o cerca”. Apesar de, geograficamente falando, Itaoca ser considerada uma ilha, uma vez que o que a liga ao continente é uma pequena ponte chamada “Ponte do Rodízio”, esta última foi aterrada, fazendo com que a “ilha” se conecte ao continente de forma plena.

Paola Figueiredo dos Santos Souza, em sua dissertação de mestrado (2011), intitulada “Os últimos dias da lixeira: ética ambiental e seus reflexos sobre os catadores de lixo”, menciona o texto produzido sobre um ensaio fotográfico do autor Marcos Veríssimo, antropólogo com longa trajetória de pesquisa sobre a ilha de Itaoca, chamado “A Poética do Abandono”, que levanta um debate sobre a categoria sociológica abandono, através da discussão sobre a ilha. Veríssimo deixa, assim, o seu olhar, muito inspirador para esta pesquisa: “O abandono da Ilha de Itaoca é social, político, ambiental, além de ser também um abandono em relação ao seu próprio passado – quando o lixo ainda não impregnava a paisagem [...] Retratar o abandono é valorizá-lo em sua condição de pano de fundo sobre o qual aparecerá a criação e recriação do próprio mundo por parte dessas pessoas, não apenas abandonadas à própria sorte, mas antes de tudo refinadas em suas explicações e estratégias para articular um domínio da situação adversa brevemente descrita acima”. (VERÍSSIMO, 2006, p.55).

Há 13 anos ocorreu um dos maiores conflitos envolvendo racismo ambiental e saúde no município de São Gonçalo: a desativação do lixão de Itaoca. O lixão existia naquele território desde a década de 1970, contudo, em 2005, a Prefeitura Municipal de São Gonçalo transferiu a gestão do Aterro Sanitário de Itaoca para uma empresa privada, a Haztec. No ano de 2010, surge a Política Nacional de Resíduos Sólidos, pela Lei

nº 12.305, de 2 de agosto, como resultado da alteração da Lei nº 9.605, de fevereiro de 2008. Essa legislação previu a extinção dos antigos vazadouros de lixo e a recuperação de suas áreas. Por essa razão, em 2012, o lixão de Itaoca foi desativado.

Por causa da existência do lixão, no passado houve uma migração de pessoas para viver naquele local por conta da coleta de lixo, uma das poucas oportunidades em meio ao crescente índice de desemprego. Quando o lixão foi desativado, essas famílias ficaram isoladas, visto que o local não foi construído com o devido planejamento urbano, com saneamento básico, abastecimento de água, dentre outros serviços básicos.

O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Gonçalo, apresentado em audiência pública no ano de 2015, indicou, através de seu relatório final, um planejamento para recuperação da área onde era localizado o antigo lixão, inclusive, foram apresentadas metas de

Foto: Laura Torre



A única mangueira que atende cerca de 60 casas e que percorre todo o antigo lixão e para em esgoto a céu aberto.

monitoramento do local. O relatório pontuou a dificuldade de adentrar no local para realizar o monitoramento previsto em virtude da presença do tráfico de drogas.

Hoje, em 2023, a caminho do antigo lixão de Itaoca, é possível observar o contraste e a precariedade das políticas públicas que vão se dissipando. O esgotamento sanitário inexistente, as muitas residências que ainda não possuem água potável e as famílias que não têm banheiros e fogões em suas casas são cenários corriqueiros na localidade.

Em março de 2023, através de uma pesquisa realizada pelo Observatório “De olho em Itaoca”, coordenada pelo Espaço Gaia, um morador local relatou que na década de 1990 houve uma grande obra da Prefeitura, que colocou tubulações novas em todo o território, porém, essas tubulações nunca foram ligadas. O “abastecimento” de água é feito através de uma canaleta em meio ao esgoto a céu aberto, que atravessa o que já foi o lixão, e onde as famílias enchem seus baldes, galões e garrafas para tomar banho, lavar roupas, cozinhar e para consumo próprio.

Conforme estudo realizado pelo Boletim Lua Nova de 2022 (revista nº117): “a falta de água nos bairros de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro é um problema de longa duração histórica que expõe processos de reprodução da pobreza, por meio dos marcadores sociais da diferença de classe, raça e gênero. Tais desafios atrelam a responsabilidade de prover água com a provisão de cuidado das casas e das pessoas [...]”.

Em São Gonçalo, 108.974 pessoas estão sem acesso à água, isto é, 9,9% da população. Além disso, no ano de 2021, o município apresentou 75 casos de internações totais por doenças de veiculação hídrica, conforme dados fornecidos pelo DATASUS.



Entrada da casa de dona Maria, uma das moradoras do antigo lixão Foto: Laura Torres

O antigo lixão de Itaoca existe e resiste

Em 1982, Dr. Benjamin Chavis, líder afro-americano de direitos civis, descreveu o racismo ambiental como a discriminação racial na elaboração de políticas ambientais, a aplicação de regulamentos e leis, o direcionamento deliberado de comunidades racializadas para instalações de resíduos tóxicos, a sanção oficial da presença de venenos e poluentes que representam uma ameaça à vida em nossas comunidades e a história da exclusão de pessoas racializadas dos espaços de liderança nos movimentos ecológicos.

Como sugere Marina Marçal, em entrevista para o GIFE, “esse conceito aponta para a divisão desigual do bônus e do ônus do “desenvolvimento” no modelo de produção capitalista, em que as populações negras, indígenas, latinas e minorias sociais costumam ser majoritariamente afetadas pela degradação ambiental – enchentes, poluição do ar, proximidade à destinação de resíduos sólidos e/ou tóxicos, entre outros (...)”.

A violência contra os corpos que gestam

A violência obstétrica atinge diretamente as mulheres, sobretudo mulheres negras, e pode ocorrer durante a gestação, parto e pós-parto. É o desrespeito à mulher, à sua autonomia, ao seu corpo e aos seus processos reprodutivos, podendo manifestar-se por meio de violência verbal, física ou sexual, e pela adoção de intervenções e procedimentos desnecessários e/ou sem evidências científicas, assim como através da negligência com a saúde e o bem-estar da pessoa gestante. Ela afeta negativamente a qualidade de vida das mulheres, ocasionando abalos emocionais, traumas, depressão, dificuldades na vida sexual etc.

Quando mencionamos a violência que ocorre nos corpos femininos que habitam em Itaoca, falamos da influência da falta de abasteci-

mento de água, do contato direto com o esgoto a céu aberto, das casas extremamente quentes e sem circulação de ar, da falta de mobilidade, visto que o transporte público é longe da localidade, da coleta de lixo que é inexistente, e da insegurança alimentar, que tem se tornado cada vez mais forte dentro da localidade, fazendo com que muitas das gestantes acompanhadas pelo Espaço Gaia tenham anemia profunda, já que a alimentação é garantida através de ações da sociedade civil organizada e apenas com alimentos secos, sem que haja uma variedade de frutas, verduras e legumes, como é necessário para a saúde e o bem estar de qualquer pessoa. São muitos os fatores que atravessam os corpos de mulheres que gestam e o racismo ambiental é um dos que colocam a vida dessas mulheres e de seus filhos em risco, visto que a falta de acesso a políticas públicas adequadas de saúde faz com que elas sejam mais afetadas (antes, durante e após o parto).

E quem são essas mulheres?

Maiara Aparecida, 24 anos, e moradora do antigo lixão de Itaoca, relatou que seus pais trabalhavam no antigo lixão e que foi através dele que ela e seus irmãos tiveram o mínimo dentro de casa. Com a desativação do mesmo, cerca de 700 pessoas que viviam trabalhando com a coleta dentro da localidade perderam sua única fonte de renda. Muitas, até hoje, esperam a resposta da Prefeitura quanto ao pagamento que foi mencionado, mas nunca repassado. A jovem também contou sobre as dificuldades que atravessam seu corpo: “Da minha casa até o ponto de ônibus mais perto são mais de 15 minutos andando, o posto de saúde perto daqui não tem vacina, e ele, que fica “perto”, está uns 30 minutos andando, ou senão andamos 15 minutos até do lado de fora e pegamos um ônibus, que é uns cinco minutos até o posto. A escola é a mesma coisa, a única coisa próxima de nós é a creche, mas ela sempre está sem água e comida”, encerra ela.

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Colaboradores nesta Edição

Ana Carolina Fernandes Santana

Fernanda Marinho

José Alexandre de Jesus Costa

José Urutau Guajajara

Laura Torres

Naira Santa Rita Wayand de Almeida

Paola Lima

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

Victoria Oliveira

Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Aldeia Maraká'nà

CocôZap/Data_Labe

Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una

Projeto Gráfico

Mariane Martins

Diagramação

Paulo Roberto de Oliveira Ribeiro

Equipe Radar Saúde Favela

Cinthia Marcelino Martins

Fábio Araújo

Fábio Mallart

Luciene Silva

Mariane Martins

Paulo Roberto Ribeiro

Taís de Amorim



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz